

## Pesquisa de qualidade, internacionalização e os Outros?

*Quality research, internationalization and others?*

### Autores:

Sandra Maria Cerqueira da Silva

### Filiação:

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)  
Faculdade Anísio Teixeira (FAT)  
NEIM (Linha: Gênero, Ciência e Educação) -  
FFCH/UFBA

### Autor correspondente:

Sandra Maria Cerqueira da Silva  
[sandraam@uefs.br](mailto:sandraam@uefs.br)

### Datas:

Recebido: 07/10/2024  
Aceito: 31/10/2024  
Publicado: 30/12/2024

**Como citar o artigo:** Da Silva S. M. C. Pesquisa de qualidade, internacionalização e os Outros? Revista Contabilidade & Inovação, Goiânia, [s.d.]. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/rci/article/view/80789>. Acesso em: 20 dez. 2024.

### Copyright:

A RCI utiliza a licença Creative Commons CC-BY (4.0) - Atribuição 4.0 Internacional

### Digital Object Identifier (DOI):

[10.56000/rci.v3i1.80789](https://doi.org/10.56000/rci.v3i1.80789)

### Leia online:



*Por que simplesmente não tentar sensibilizar o outro, sentir o outro, revelar-me outro?"*

Franz **Fanon** (2008, p. 191)

### Resumo

O objetivo desta Pensata é promover reflexões quanto ao contexto tão desigual em termos de condições para produção e disseminação científica. Para tanto, é preciso questionar a hegemonia da voz de quem refere a qualidade e critérios de pesquisa, bem como do que se convencionou apontar como rigor científico. O convite para tal discussão se justifica diante das inúmeras dificuldades que enfrentam pessoas pesquisadoras e intelectuais com produções fora do norte global e ou eurocentrista. É, pois, um convite a confluir para o propósito de sulear temas, abordagens, perspectivas, designs, metodologias ao estabelecer acesso equitativo à pesquisa, com o acolhimento dos mais diferentes saberes, reconhecendo-os enquanto ciência, através principalmente da publicização da produção que retrata a diversidade das formas de vida.

**Palavras-Chave:** afroprodução; qualidade de pesquisa; monopolização do conhecimento; equidade do conhecimento; qualidade transversa da produção científica.

### Introdução

Esta Pensata<sup>1</sup> foi escrita enquanto reverberação de um questionamento que levantei durante um Workshop sobre Publicação em Periódicos Internacionais no *Critical Perspectives on Accounting Conference - CPA 2023*, ocorrida em Bogotá. Naquele momento, diante

da forma como aparecia a discussão sobre qualidade de pesquisa, inquietada, contestei: “como podemos nos recolher e acatar que quem dita o que é qualidade de pesquisa sejam as mesmas pessoas que avaliam nossas produções e impõem as regras e formas únicas reconhecidas para que os conhecimentos produzidos ao redor do mundo recebam o carimbo de ‘científico’ e

<sup>1</sup> Nesta produção adoto as estratégias de textos feministas, que reivindicam outras formas e a transformação das regras de citações, ao incluir o primeiro ou o nome completo das mulheres citadas nos artigos, para fazer frente à masculinização das referências bibliográficas,

o que ocorre quando apenas os sobrenomes são citados. Adotando, ainda, colocar em negrito o sobrenome para indicar que aquelas são contribuições de autoras e autores negros, conforme a pesquisadora inaugura Angela Figueredo (2020).

sejam aceitos para

publicação?” Nestes termos, quais as chances de validação das produções fora do norte global e ou eurocentrista? Meu desconforto - e creio que não é só meu! -, permanece.

Estes questionamentos estão vinculados a alguns dos grandes desafios da produção científica na área de Contabilidade, que por sua vez se comunica diretamente com o atender aos critérios que são considerados como qualidade de pesquisa, bem como, a necessidade de dar conta e atender aos critérios determinados para a internacionalização das pesquisas – um imperativo dos nossos dias. Na área contábil, os discursos que delineiam o que é admitido enquanto qualidade em pesquisa, seguem as ‘receitas’ que mantêm os processos excludentes. Ou seja, com o acesso exclusivo a um recorte específico da população. Um exemplo de democracia! Não a que gostaríamos de experimentar, mas, especificamente neste caso, sob a forma de aceite que não exclui a diferença, mas só acolhe ao hegemônico. O que não conduz a área para o que convocam Sandra Maria Cerqueira da **Silva** e Silvia Pereira de Castro Casa Nova (2018), para o reposicionar da pesquisa em contabilidade, em diferentes oportunidades de ler e ampliar a visão de mundo. Os determinantes impostos correspondem à desafios para a maioria das pessoas pesquisadoras, e paralelamente, mais oportunidades para um recorte da população para a qual todas as circunstâncias para a realização do “melhor”, “certo” e “bom” sempre estiveram dadas. Neste sentido, Iago França Lopes e João Paulo Resende de Lima, em 2022 refletiram sobre aspectos relacionados a violação de direitos humanos e potência democrática, ao ponderar quanto à necessidade de contextualizar a área da Contabilidade no campo do conhecimento científico, enquanto instrumento político que reúne condições de influir na natureza política do pensar e propor direcionamentos quanto a diversidade e inclusão.

Em 1997, Alison M. Jaggar, Susan R. Bordo (1997, pg. 224) argumentavam que:

“se deve questionar o ideal cartesiano no qual se baseia a noção contemporânea da ciência, porque não leva em consideração o papel que a política e a história

desempenham nessa busca etérea da verdade; além disso, não leva em conta as formas através das quais a razão, a emoção e a paixão significam coisas diversas e são avaliadas diferentemente por pessoas diferentes.” Que por sua vez irão produzir conhecimento levando em consideração os conhecimentos prévios adquiridos e o que lhes faz sentido. Portanto, com qualidade singular.

Ao ver grafada a frase qualidade em pesquisa, somos pessoas sabedoras do que representa. Leia-se: pesquisas que observem as normas, formas e referências que espelhem uma “forma única correta de produzir conhecimento”, portanto a imposta pelo modelo universal. Assim, as mais diferentes comunidades acadêmicas, nos diversos pontos no mundo, estão vinculadas a um único modelo de publicação acadêmica, pela qual as pessoas pesquisadoras ‘acolhem’ as determinações de editoras multinacionais para disseminação de trabalhos, conforme apontam Jane Andrew, Max Baker, Christine Cooper e Yves Gendron (2024). Esta condição limitante “tem implicações para o empreendimento do conhecimento tanto em termos de produção quanto de distribuição de conhecimento.” Desta maneira, as pessoas ‘Guardiãs do Saber’ excluem todas as demais pessoas que, por questões e ou limitações, como as financeiras - uma das principais-, ou por outros impedimentos da ordem do simbólico, não conseguem acessar, por exemplo, ao manejo de idiomas, ou acatar os altos custos para viabilizar as traduções e exigências em termos de certificações das traduções realizadas. Isto mesmo! As traduções também precisam estar dentro do crivo do referencial de quem dita o que tem qualidade e o que será aceito como “científico”. E, como “Narciso acha feio o que não é espelho”, produções que respondem a lacunas importantes das sociedades vão ficando pelo caminho, esquecidas nas gavetas ou apagadas, principalmente através de pareceres de retorno que, como elaborados por pessoas cegas – vez que não conseguem ver onde não se veem – cegam e calam remetentes, seja pela violência das letras e palavras, seja pela ausência impiedosa das palavras que poderiam lubrificar e fazer fluir caminhos, ‘alumiando’ sentires e vidas secas. Secadas

porque esvaziadas de suas significâncias, além do desamparo, vez que apartadas de valores e entendimentos locais.

A cegueira, ou o anseio por espelhamento do qual trato se comunica com um comportamento pactuado, conforme descrito por Maria Aparecida Silva Bento (2021), além de várias outras formas de exclusão e de manutenção de privilégios, nos mais diferentes tipos de instituições, pelas quais as condições para acesso dos 'Outros' (Grada **Kilomba**, 2019) são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. Há no pacto da branquitude um componente narcísico, de autopreservação, como se o "diferente" ameaçasse o "normal", o "universal". Kilomba registra que o sujeito negro se torna o Outro, sobre o qual o sujeito branco - identidade privilegiada, detentora do modelo referencial universal, portanto hegemônico - faz afirmações do que se recusa a reconhecer em si próprio. Ainda neste sentido, bell **hooks** (2019) refere que nenhum outro grupo teve sua identidade socializada tão à parte da própria existência quanto o das mulheres negras, 'o Outro do Outro' - vez que não é homem, e nem branca. Motivo pelo qual, para as mulheres negras e não brancas, alcançar o reconhecimento das produções científicas é particularmente difícil.

Assim, no cotidiano dos Aparelhos Ideológicos de Estado o ser universal atua em benefício dos seus semelhantes, instituindo um robusto sistema de silenciamentos e apagamentos, o qual, mediante uma estrutura de e para a mudez, moldam bloqueios pelos quais se 'protegem', enquanto impedem o reconhecimento da humanidade de qualquer "Outro" / "Outres" possível. No caso das produções de conhecimento fazem inaudíveis as "Outras" vozes e saberes advindos do Sul global. Este comportamento está descrito e ou é possível inferir da fala da escritora Conceição Evaristo, quando foi entrevistada e questionada pela filósofa Djamila **Ribeiro** (2017), se nós, pessoas negras e, em particular, as mulheres negras "Devemos desistir de publicar nossos escritos?" A linguista afro-brasileira respondeu à pergunta com essa frase: "Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio." Grifo nosso.

Diante da autorreflexão, qualidade para quem? O que encontramos, enquanto esboço de resposta, informa que a qualidade de pesquisa requerida, quase nunca se

comunica com a realidade, por vezes cruel, das pessoas em falta, as não vistas, mutadas. Os referenciados critérios de qualidade requeridos, por vezes não dá conta de práticas que se voltem para acolher diferentes formas de ver, tratar e mobilizar temas postos no mundo, com a complexidade diversa de suas idiossincrasias. O interesse de pesquisa deve conversar com a estrutura posta e cobrada. Mesmo porque tudo muda o tempo todo. Tudo é adaptado, reformado, revisto e novamente emoldurado. Afinal, é preciso garantir que o que importa não mude! É preciso garantir que os indesejáveis permaneçam como tal. E assim, "não serão aceitas propostas de pesquisas que sejam "identitaristas"; que sejam "de ativistas" e ou de "militantes"; "aqui não há espaço para a militância!"; ou para pesquisas que não sejam "neutras"! Ou seja, não serão visibilizadas, viabilizadas e ou creditadas a produção de conhecimento de quem "nós não conseguimos ver", de tão pequenas; de tão famintamente desfavorecidas! Ainda que o dedo apontado parta de grupos que, conscientes da sua identidade, militem ativamente para desqualificar o sentir. Com a propalada "neutralidade" e "objetividade" negam humanidades que não as da semelhança. Afinal, a razão mora em um bloco, tem cor e padrão! Desta forma, raça e classe permanecem categorias proibidas, vez que inolháveis. Como é o caso das mulheres cientistas que têm suas produções apagadas e não reconhecidas. As quais, de acordo com Jagger e Bordo (1997), ao reconhecerem e aceitarem, por exemplo, os pressupostos feministas sobre o mundo, praticarão ciência de modo diverso, num mundo que legitime seus próprios pressupostos. Desta forma mulheres cientistas "feministas usarão uma metodologia diferente ou se basearão num conjunto diferente de práticas para observar e compreender o mundo à sua volta", vez que estarão conscientes da intencionalidade de seus estudos e dos usos que deles se fará. E, diante desta forma do fazer, poderão até dar novo nome - e, assim, transformar - às emoções até agora proscritas, colocadas em listas proibitivas e excluídas da investigação científica, essas suspeitas abordagens "não racionais da realidade".

Nos dias atuais, pessoas pesquisadoras precisam fazer difíceis escolhas, dentre as quais, buscar encontrar explicações que respondam às necessidades locais e

olhar para lacunas que permitam compreender questões disfuncionais que as limitam, sufocam, violentam e matam, ou aderir a 'orí-entação' (Carla Akotirene) para se voltar aos interesses de comunidades eurocentrista, androcêntricas e nortecentristas. Que se ajustam e moldam a todo momento, tudo é ajustado para que as não condições – lugar onde se encontram as maiorias minorizadas, continuamente em situação de vulnerabilidade - se mantenham como estão. Ou seja, estas pessoas são afastadas e ou desen-centivadas de se aproximar das escolhas teóricas e metodológicas capazes de melhor descrever e interpretar os pontos de vista e significados que as pessoas sujeitas das pesquisas atribuem às suas vivências e ou experiências com fenômenos particulares (Steven Eric Krauss, 2005; Creswell; Poth, 2018). Mesmo porque, “quem quer ler sobre fome, miséria, exclusão, crise climática, racismo, racismo ambiental, desigualdades de gênero, genocídios e perseguições à diferença, povos indígenas ou quaisquer outros povos com a “cara da miséria”, dentre a infinidade e complexidade dos fenômenos sociais presentes, sobretudo no contexto dos países dos Outros?” “Isso nem dá dinheiro!” Ou se resulta em “resultados”, não será para somar nas gordas contas transbordantes, mas sim, para deixar ver as pessoas cegadas que elas existem e que reúnem potenciais. Ah! Isto não! “Isto não será admitido!” Depois de todo o trabalho cuidadosamente elaborado e das atualizações constantes para que façam crer que “não devem sair do seu lugar”!

Uma das possíveis respostas a tais questões se comunica com o fato do Brasil ser reconhecido como um dos países mais desigual do mundo. A questão que se impõe é: porque as disparidades não mudam, mas em casos específicos são ampliadas, como no caso do feminicídio e o quanto este crime incide sobre as mulheres negras? Diante desta realidade, que grita por atenção e confluências (Antônio Bispo dos Santos - Nêgo Bispo, 2015), faço um convite a você que chegou até aqui - e espero fortemente que sua poltrona esteja entre apertada e desconfortável! - O convite, com essa reflexão é aprofundar no “fazer balburdia”, a ampliar as condições para sulear temas, abordagens, perspectivas, designs, metodologias enfim, centrar forças nas escolhas que se comunicam com as diversas

necessidades de mudanças e transformação de imagens e quadros, diante da constatação de que é fundamental estabelecer acesso equitativo à pesquisa, com o acolhimento dos mais diferentes saberes, reconhecendo-os enquanto ciência, através principalmente da publicização da produção que retrata a diversidade das formas de vida.

As escolhas teóricas e metodológicas que primam por valores que não privilegiam o questionamento sobre os privilégios – sim, parece redundante, mas este é justo o ponto de inflexão - afastam pessoas pesquisadoras de investir no que lhes dá e ou faz sentido de pertença e vida. Isto ocorre diante das imposições para atender critérios de publicação que limitam e ou impedem o investir em discussões relevantes, sobre aspectos da vida prática, vez que, por vezes, as pessoas pesquisadoras com as melhores condições para tratar de problemáticas particulares como violência contra as mulheres – já mencionadas anteriormente – que, apesar da ampliação das ferramentas e espaços para combate, os números só aumentam! Ou sobre as violências contra os povos indígenas, quilombolas, pessoas ribeirinhas, ou mesmo fraudes nas cotas raciais, dentre outras tantas questões que vitrificam, pois relevantes e que requerem atenção e espaço, pois são vitrais da realidade brasileira. São recortes e nacos de vidros com vidas acomodados, ornando ou sombreando difíceis passos. ou como as dificuldades e enfrentamentos registrados por e para pessoas LGBTQIAPN+ para estarem e avançar nas organizações e instituições, como na publicação de Daniel de Jesus Pereira; Márcia Juliana d'Angelo; Breno Machado Cola (2024), ao observar como contadores que são gays e cis – uma minoria – podem se sentir figuras simbólicas em uma área onde o grupo dominante são homens heterossexuais e cisgêneros. As autorias destacam como as relações sociais e a representação entre estes dois grupos são processadas em uma área profissional predominantemente masculina. Todas estas são temáticas sobre as quais a área de contabilidade não pode se furtar a discutir e eleger proposições, vez que retratam a diversidade característica do Brasil. Do conjunto de pessoas pesquisadoras excluídas, reporto às pessoas que não reúnem condições de acessar referências e conteúdos relevantes, seja pelo custo para aquisição ou

dificuldades com acesso a traduções. São inúmeras vozes que são sufocadas e exiladas de comunidades e fóruns, porque não são reconhecidas como produtoras de conhecimento válido. Cheryl R. Lehman; Theresa Hammond e Glória **Agyemang** (2018), em suas pesquisas sobre Encarceramento nos Estados Unidos, exploram “as consequências das técnicas e discursos neoliberais que se cruzam com raça e classe nas práticas prisionais.” Elas revelam como o processo neoliberal de privatização e racialização do crime, instituiu a criação do Outro, a partir de discursos poderosos e hostis. As autoras registram que “A contabilidade contribui para esses processos com técnicas que reivindicam objetividade, mas com impactos morais inegáveis.”

De outra ordem, as pressões para ‘engrossar o caldo’ da convocação a internacionalizar, ao mesmo tempo que cria oportunidades para que pesquisadoras e pesquisadores possam se inserir em comunidades acadêmicas globais em contabilidade, ampliam as diferenças e oneram os desafios para conjuntos enfraquecidos da população. Um dos pontos cruciais desta discussão é que são exigidos indicadores de desempenho acadêmicos que apagam e escanteiam por exemplo, mães acadêmicas, pessoas de famílias em situação de vulnerabilidade e que necessitam cuidar dos seus. Este é o caso quando das exclusões de pessoas doutoras de acesso a editais e outras possibilidades acadêmicas depois de 7 (sete) anos de doutoramento. Tempo em que a maioria das pessoas recém doutoradas precisam retomar ao trabalho - se conseguiram se afastar! - e se reorganizar em todos os sentidos. Ou seja, as condições colocadas são inviáveis para a maioria das pessoas pesquisadoras, os termos já ‘nascem’ excludentes. Ademais, há um conjunto da população brasileira que não reúne condições de arcar com os valores de inscrições e despesas de viagens para participar dos eventos acadêmicos internacionais, ou mesmo interagir com grupos de pesquisa globais, diante das dificuldades para acesso à tecnologias e idiomas. E não é só uma questão de recursos financeiros, mas de dispor de tempo e condições de afastamentos e efetiva participação. É preciso que a Reflexividade, conforme aponta Kathryn Haynes (2023), seja uma prática corrente. No caso das pessoas negras, com os enfrentamentos resultantes do processo

contra a aculturação, conduzido em paralelo com os sequestros e escravização, estes limitantes correspondem à importantes desafios. Para agir na contramão dos impedimentos, há que se envidar esforços descomunais e convocar a resiliência, persistindo nos propósitos de manutenção - inclusive da vida! -, o que requer bem mais do que adquirir domínio a novos idiomas e, sobretudo, o mais exigido, o da língua inglesa. O esforço ainda é de base, é o de fazer reconhecer como válidas as mais diferentes tradições de pensamento, de vidas.

O orí-entar para assumir tão somente referências do que está posto como a forma certa de fazer ciência, dita por quem dita o que é ciência, mantém por exemplo, excluindo ou apagando e silenciando mulheres e outras pessoas pesquisadoras das maiorias minorizadas. Ou seja, tal condução, de acordo com o filósofo nigeriano Bayo **Akomolafe** (2021), atende aos interesses de modelos de mundo inaugurado e mantidos por elites de poder, representante da cultura que se acastelaram com os processos colonialistas, ao determinar que problemas de pesquisa e métodos válidos são somente os que partem e ou são produzidas no norte global e ou por pessoas europeias. Fernanda Filgueiras Sauerbronn; João Paulo Resende de Lima e Alexandre Faria (2023, p. 13) apontam para:

[...] necessidade de que os pesquisadores decoloniais continuem a desafiar a legitimidade do monopólio do conhecimento do Norte, que torna inquestionáveis certos conceitos, instituições de ensino e formas de validação de conhecimentos, que estão associados a epistemicídios promovidos pela estrutura (racista/sexista) epistêmica modernista-colonial.

Ao falar em monopolização do conhecimento, estou tratando de povos que determinam a necessidade de nos familiarizarmos e de se conformar com os próprios códigos de conduta emoldurados no que carimbam como “qualidade de pesquisa” e “rigor científico”. Estes códigos, ainda que eleitos de maneira informal, não limita a capacidade de intervir para restringir as escolhas de problemas de pesquisa. Nestes termos, é preciso agir para a desconstrução da ideia de padrões fixos de realidade e erigir outras formas de nos relacionarmos nas sociedades, ao produzir conhecimento vivo, o que se comunica com motivações

para investigar. Paz (2020, p. 185) demarca, “produzir ciência é firmar-se a partir da condição do sujeito que encarna suas marcas e pertencas como potência criadora, instituindo uma racionalidade sensível aos desejos e escolhas que moldam um fazer ciência que não abdica das singularidades do mundo”. Com as questões relacionadas a linguagem e traduções, as produções locais, bem como, o encarnar das marcas singulares não reúnem condições equitativas de consideração.

Quanto a estas limitações, Lisa Evans e Rania Kamla (2018) identificaram que na contabilidade ainda há lacunas de pesquisas quanto a questões relacionadas à tradução e representação de diferentes línguas. As pesquisadoras registram a necessidade de que novos estudos abordem os desequilíbrios de poder decorrentes da tradução de conceitos ocidentais. A predominância do inglês em nossas publicações também representa o inaccessível às potências que denotam nossa diversidade linguística. Escrever em inglês ou qualquer outra língua não nativa representa assimilar a cultura relacionada aquele idioma. A língua e as normas de conduta são resultado de processos históricos. Pessoas em diferentes lugares e de diferentes culturas apreendem, selecionam e categorizam a realidade social de formas diferentes. O que, com o passar dos anos, vai estabelecendo codificações diferenciadoras. Ou seja, é preciso encontrar meios para traduzir e descrever de forma específica e contextualizada os processos de produção de sentido, processos que se relacionam com a língua nativa dos sujeitos e mesmo das pessoas pesquisadoras. E assim, ao traduzirmos uma produção, sempre será necessário o abandonar de particularidades, de nuances que não se consegue reproduzir de forma ‘perfeita’, com a mudança do idioma. O que nos leva a inferir sobre a relevância do produzido localmente, e sobretudo, do acolher as potências resultantes da equidade do conhecimento, diante de algumas das dificuldades com os ‘convites’ à convergência na área. Em um país tão rico como o Brasil, ao se negar prezar pela interpretação de signos, incorremos no risco e limitações do preservar a riqueza das oferendas da diversidade, com seus relatos, interpretações e entendimentos sobre saberes, práticas, inovações e tecnologias ancestrais, que esnobam

criatividade no funcionamento de sistemas, frente as relações em diferentes instituições. Rania Kamla e Naoko Komori (2018) nos desafiam a encontrar novas maneiras de interagir e disseminar conhecimento sobre comunidades locais sem reforçar inadvertidamente estereótipos e hegemonias. Enquanto comunidade, ainda há muito a ser feito para que nós consigamos alcançar e abordar os efeitos da linguagem e da tradução em nossos esforços inovadores, bem como em nossos e anseios de que os periódicos sejam receptivos e inclusivos quando da produção e disseminação de conhecimento. Avalio que a construção transformadora da História depende de um movimento que veja e acolha a produção científica que preza pelo conjunto das populações, nos mais longínquos ponto onde há vida; onde pessoas habitantes atribuem significado a própria existência.

Somos pessoas sabedoras que o conhecimento do mundo é socialmente construído. E se o construído não responde às nossas demandas e lacunas de realidades, então construiremos nós, a partir de nossas produções, novos perfis de conhecimento nos quais nos sintamos pessoas representadas! Para tanto, haveremos de ser insurgentes e, em alguma medida, promotoras de pequenas revoluções. Persistir em pesquisas que confronte o status quo, que tragam à luz desigualdades, além de distorções de comportamento que prejudicam comunidades inteiras é um dos caminhos possíveis. Como também, propor e sustentar novas epistemologias, como por exemplo a feminista negra. Neste sentido, já penso em bell hooks (2013) e no convite que nos faz para que ensinemos a transgredir, a partir de uma educação que funcione como prática da liberdade, ao não reproduzir as inequidades estabelecidas. Outro caminho possível é insistir em questões que contestem e promovam a reflexão sobre o mainstream. Com questionamentos, tais como: quando serão derrubados os blocos que moldam e concretizam o saber hegemônico e silenciam o passado, apagando e inviabilizando, como por exemplo, a reconstrução da memória negra, indígena e das maiorias sufocadas com a minoração? Quando onde haverá um espaço acolhedor para a afroprodução, para o acolher respeitoso da produção das mulheres negras? A “qualidade de pesquisa” requerida dos nossos dias, alarga as distâncias para

muitas das pessoas que se pretendem vistas e ouvidas. Quando o que conflui é para a necessidade de se estabelecer estratégias para promover uma disseminação mais inclusiva e acessível do fazer acadêmico. Precisamos de uma ciência emancipatória e democrática, aberta a novas formas e configurações de poder. Estamos seguindo e ampliando os passos que vieram e chegaram cansados, partindo de muito longe. Damos sequência ao trajeto com a insurgência eivada de diversas intelectualidades. Seguiremos a perseguir, seja com os elos do toré, seja nas subjetividades afrodiáspóricas, seja nos dialetos das 'bibas', ou em qualquer 'Outra' diferença possível de com-formação, firmes no propósito de promover a justiça social, com a libertação das opressões. Faremos isto com cheganças que garantam a equidade do conhecimento, ao romper com a hegemonia e universalidade que tolhe. Minha esperança-sugestão é que, a cada dia, seja mais corriqueiro encontrar textos nos periódicos locais e - quicá internacionais -, que espelhem a diversidade brasileira, enquanto pequenos e importantes passos até que a comunidade científica consiga chegar a novos caminhos de e para o fazer ciência que contemple a equidade do conhecimento. O convite então é para que pessoas pesquisadoras nas suas referidas instituições se abram a qualidade transversa da produção científica. Aceita um abraço?

### Referências

Alison M. Jaggar, Susan R. Bordo. (1997). *Gênero, corpo, conhecimento* / Alison M. Jaggar, Susan R. Bordo [editoras]; tradução de Brítta Lemos de Freitas. - Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos.

Andrew, J., Baker, M.; Cooper, C. e Gendron, Y. (2024). "Equidade de conhecimento como justiça social na publicação acadêmica e por que isso importa para a pesquisa contábil", *Meditari Accountancy Research*, Vol. ahead-of-print No. ahead-of-print. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-06-2024-2522>

Akomolafe, Bayo. (2021). Como construir futuros plurais e desejáveis. Casa Firjan. Recuperado outubro 1, 2024, de [https://www.youtube.com/watch?v=gogf\\_Wx\\_bs](https://www.youtube.com/watch?v=gogf_Wx_bs).

Revista Contabilidade e Inovação (RCI) - ISSN: 2764-3336  
Laboratório de Contabilidade, Inovação & Sociedade (LACIS/UFG)  
Universidade Federal de Goiás

hooks, bell. (2019). *Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo*. Editora: Rosa dos Tempos.

hooks, bell. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo Martins Fontes.

**Bento**, Cida - Maria Aparecida Silva Bento (2022). *O Pacto da Branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras.

Cheryl R. Lehman, Theresa Hammond, Gloria Agyemang. (2018) Accounting for crime in the US: Race, class and the spectacle of fear, *Critical Perspectives on Accounting*, Volume 56, Pages 63-75, ISSN 1045-2354. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2018.01.002>.

Creswell, John Ward; Poth, Cheryl N.. (2018) *Qualitative Inquiry and Research Design Choosing among Five Approaches*. 4th Ed., SAGE Publications, Inc., Thousand Oaks.

Evans, Lisa & Kamla, Rania (2018). 'Language and Translation in Accounting: A scandal of silence and displacement?', *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, vol. 31, no. 7, p. 1834-1843. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-09-2018-020>

Fanon, Frantz. (2008). *Pele negra, máscaras brancas* / Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, p. 194.

Figueiredo, Angela. (2020). Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. e0102. DOI: 10.5965/2175180312292020e0102. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102>. Acesso em: 21 dez. 2024.

Haynes, K. (2023). Reflexivity and academic identity in accounting: intersubjective reflexive identity work as a feminist academic. *Accounting, Auditing and*

Accountability Journal, 36(5), 1379-1395.  
<https://doi.org/10.1108/AAAJ-10-2022-6099>

Kamala, Rania; Komori, Naoko. (2018) Diagnosing translation gap: the politics of translation and the hidden contradiction in interdisciplinary accounting research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31 (7). ISSN 0951-3574.

<https://doi.org/10.1108/AAAJ-08-2017-3067>

Kilomba, Grada. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó.

Krauss, Steven Eric. (2005) Research Paradigms and Meaning Making A Primer. *The Qualitative Report*, 10, 758-770.

Lopes, Iago, & Paulo Resende de Lima, J.. (2022). Diversidade e Inclusão: Reflexões e Impactos da Natureza Política da Contabilidade. *Revista Contabilidade & Inovação*, 1(1).  
<https://doi.org/10.56000/rci.v1i1.71482>

Paz, Adilson Menezes da. (2020), *Ciência, umbanda e encantados: itinerâncias do sujeito encarnado*. In: Messeder, Suely; Nascimento, Clebemilton (orgs). *Pesquisador(a) encarnado(a): experimentações e modelagens no saber fazer /ciência*. Salvador: EDUFBA.

Pereira, Daniel de Jesus; d'Angelo, Márcia Juliana; Cola, Breno Machado. (2024) Performance Queer de Contadores Gays e Cis sob a Perspectiva do Tokenismo. *Revista de Responsabilidade Social e Ambiental*. V. 44. DOI:  
<https://doi.org/10.1080/0969160X.2024.2374235>

Ribeiro Djamila. Entrevista Conceição Evaristo: nossa fala estilhaça a máscara do silêncio. *Carta Capital*. 2017. Recuperado outubro 21, 2024, de: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d>

silencio201d»

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d>

Santos, Antônio Bispo dos. (2015). *Colonização, Quilombos, Modos e Significações*. Brasília: INCTI/UnB.

Sauerbronn, F. F.; Lima, J. P.; Faria, A, A. Decolonizando-Recolonizando Currículo em Gestão e Contabilidade. *RAC. Revista de Administração Contemporânea (Online)*, v. 27, p. 1, 2023.

Silva, S., & Nova, S. (2018). Pesquisa qualitativa ou qualidade em pesquisa? Um exemplo de contribuição sócio-humanista em pesquisa contábil. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 13(1). Recuperado outubro 2, 2024, de <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrj/article/view/3288/2546>.